

Ofício PBH Ativos/CMBH /244/2017

Belo Horizonte, 05 de dezembro de 2017.

Ref.: *Demonstrações Financeiras – exercício do 1º semestre de 2017.*

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 7º da Lei Municipal nº 10.003, de 25 de novembro de 2010, encaminhamos, ao digno Presidente para apreciação as Demonstrações Financeiras da PBH Ativos S/A, referentes ao exercício do 1º semestre de 2017 incluindo o Parecer de Auditoria, elaborado pelos Auditores Independentes.

Colocando-me ao dispor, caso necessários maiores esclarecimentos junto à Câmara Municipal de Belo Horizonte, conforme previsto no Art. 10, da citada Lei 10.003.

Atenciosamente,



Pedro Meneguetti
Diretor Presidente
PBH ATIVOS S.A

CÂMARA MUN. DE BHTE 06/DEZ/2017 15:00 000009950

Ao
Excelentíssimo Senhor
Vereador Henrique Braga
D.D. Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte
CMBH

PBH ATIVOS S.A.

Relatório de revisão do auditor independente

**Informações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2017**

PBH ATIVOS S.A.

**Informações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2017**

Conteúdo

Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
PBH Ativos S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial intermediário da **PBH Ativos S.A. ("Companhia")**, em 30 de junho de 2017, e as respectivas demonstrações intermediárias do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

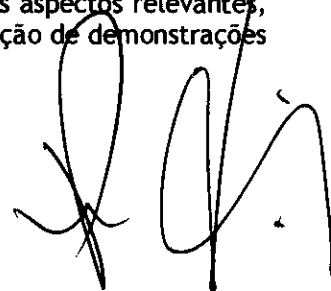
A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e com a norma internacional "IAS 34 - *Interim Financial Reporting*", emitida pelo "International Accounting Standards Board (IASB)". Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permite obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicável à elaboração de demonstrações contábeis intermediárias.



Ênfase**Abertura de inquérito para investigar e apurar denúncias que recaem sobre a Companhia**

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.1 às demonstrações contábeis intermediárias, é de conhecimento público que em maio de 2017, foi instaurada na Câmara Municipal de Belo Horizonte uma Comissão Parlamentar de Inquérito, vinculada ao Requerimento nº 136/2017, para investigar e apurar denúncias que recaem sobre a PBH Ativos S.A. A referida CPI baseou-se em ações judiciais e em representações perante órgãos de controle, fundamentadas basicamente em estudo elaborado pela Auditoria Cidadã da Dívida Pública. Os processos e procedimentos indicados como fundamento da CPI também são baseados nos estudos de referida Entidade, que apuram supostas ilegalidades na constituição e funcionamento da Companhia. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Belo Horizonte, 11 de outubro de 2017.



PBH Ativos S/A
Investindo em Belo Horizonte

Balanços patrimoniais
Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	30/06/2017	31/12/2016		Nota explicativa	30/06/2017	31/12/2016
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	50.874	52.626	Empréstimos e Financiamentos	10	1.028	972
Créditos a receber	5	124.294	128.784	Debêntures	11	106.046	99.264
Impostos a recuperar	6	8.145	7.062	Fornecedores		21	79
Outros Ativos		16	19	Impostos e Obrigações a recolher	12	38	73
		183.329	188.491	Salários, Remunerações e encargos sociais	13	100	117
				Provisões Trabalhistas	14	220	203
Não circulante				Outros Passivos		14	47
Créditos a receber	5	753.699	772.925			107.467	100.755
Depósitos Judiciais	15	5.626	3.948	Não circulante			
Aplicações Financeiras	7	8.120	7.685	Empréstimos e Financiamentos	10	5.040	5.535
Garantias e Cauções	8.1	74.139	61.069	Debêntures	11	491.678	532.092
Créditos Fiscais	20.2	31.276	27.877	Garantias e Cauções Passivas	8.2	16	15
Bens Destinados à Venda	9	39.436	39.435	IRPJ e CSLL diferidos	20.1	90.460	78.477
Imobilizado		133	148			587.194	616.119
Intangível		14	16	Patrimônio social	16		
		912.443	913.103	Capital social		284.280	284.280
				Reserva de lucros		116.831	100.440
						401.111	384.720
Total do ativo		1.095.772	1.101.594	Total do passivo e do patrimônio líquido		1.095.772	1.101.594

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.



Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 30 de junho de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota explicativa	30/06/2017	30/06/2016
Receitas	17	60.288	103.648
Custos	18	(38.771)	(76.552)
Lucro bruto		21.517	27.096
Despesas com pessoal		(962)	(1.057)
Despesas administrativas		(1.443)	(1.749)
Despesas tributárias		(214)	(187)
Outras receitas/ (despesas)		323	(636)
		(2.296)	(3.629)
Resultado antes das receitas financeiras		19.221	23.467
Receitas Financeiras	19	6.393	9.548
Despesas Financeiras	19	(640)	(486)
Receitas financeiras líquidas		5.753	9.062
Resultado antes dos impostos		24.974	32.529
Imposto de Renda/CSLL	20	3.400	16.615
Provisão Imposto de Renda/CSLL diferidos	20	(11.983)	(27.845)
		(8.583)	(11.230)
Lucro líquido do período		16.391	21.299
Lucro líquido do período por ação		0,50	0,65

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.



PBH Ativos S/A
Investindo em Belo Horizonte

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 30 de junho de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

	30/06/2017	30/06/2016
Lucro líquido do período	16.391	21.299
Outros resultados	-	-
Resultado abrangente do período	16.391	21.299

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.



PBH Ativos S/A
Investindo em Belo Horizonte

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Reservas de lucros			Lucros Acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Res. Lucros a Destinar		
Saldos em 1° de janeiro de 2016	284.280	3.583	68.390	-	356.253
Lucro líquido do período	-	-	-	21.299	21.299
Transferência para reservas de lucros	-	1.065	20.234	(21.299)	-
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	(87)	-	(87)
Saldos em 30 de junho de 2016	284.280	4.648	88.537	-	377.465
Saldos em 1° de janeiro de 2017	284.280	5.381	95.059	-	384.720
Lucro líquido do período	-	-	-	16.391	16.391
Transferência para reservas de lucros	-	820	15.571	(16.391)	-
Saldos em 30 de junho de 2017	284.280	6.201	110.630	-	401.111

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.



Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 30 de junho de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de Reais)

	30/06/2017	30/06/2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	16.391	21.299
Ajustes para reconciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	17	17
Variação monetária líquida	(11.500)	(17.142)
Custo de captação amortizado	194	429
Despesas de juros	3.615	6.388
Provisão de Impostos Diferidos	11.983	28.049
Créditos Fiscais	(3.400)	(16.730)
Juros reconhecidos sobre créditos a receber	(13.472)	(16.359)
Ajustes de exercícios anteriores	-	(89)
	3.828	5.862
Redução/(aumento) nos ativos		
Recebimento de créditos	84.004	87.646
Despesas antecipadas	14	3
Impostos a recuperar	(1.083)	(1.446)
Outros Ativos Circulantes	(12)	3
Realizável a Longo Prazo	(15.184)	50.799
	67.739	137.005
Aumento/(redução) nos passivos		
Fornecedores	(58)	67
Impostos e Obrigações a recolher	(36)	(13)
Obrigações sociais e trabalhistas	(16)	(5)
Provisões trabalhistas	18	74
Garantias contratuais		(21.431)
Outros Passivos	(34)	(206)
	(126)	(21.514)
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	71.441	121.353
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição imobilizado/intangíveis	-	(4)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	-	(4)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio		
Amortização de empréstimos e financiamento	(792)	(779)
Amortização de debêntures	(72.401)	(131.198)
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamentos	(73.193)	(131.977)
Redução no caixa e equivalentes de caixa	(1.752)	(10.628)
Caixas e equivalentes no início do exercício	52.626	61.624
Caixas e equivalentes no final do exercício	50.874	50.996
Redução no caixa e equivalentes de caixa	(1.752)	(10.628)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.



Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2017
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A PBH Ativos é uma sociedade de economia mista registrada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, constituída em 29 de março de 2011, com prazo de duração indeterminado, detendo o Município de Belo Horizonte/MG a quase totalidade de suas ações, tendo como objetivo, principalmente, titular, administrar e explorar economicamente ativos municipais; auxiliar o Tesouro Municipal na captação de recursos financeiros; auxiliar o município na realização de investimentos em geral e em projetos de concessão ou parceria público privada, podendo para tanto dar garantias ou assumir obrigações; licitar ou realizar obras mediante convênio ou contrato com órgãos ou entidades da Administração Pública Indireta do Município.

1.1. A Comissão Parlamentar de Inquérito e seus reflexos na Companhia

Em maio de 2017, foi instaurada na Câmara Municipal de Belo Horizonte, uma Comissão Parlamentar de Inquérito, conforme o Requerimento nº 136/2017, para investigar e apurar denúncias que recaem sobre a PBH Ativos S.A. A CPI baseou-se em ações judiciais e em representações perante órgãos de controle, baseadas basicamente em estudo elaborado pela Auditoria Cidadã da Dívida Pública. Os processos e procedimentos indicados como fundamento da CPI também são baseados nos estudos de referida entidade, que aponta supostas ilegalidades na constituição e funcionamento da empresa.

Acerca dos questionamentos levantados em referidas ações e representações, base da CPI, informa-se que já foram tecnicamente respondidos em suas respectivas instâncias, conforme a seguir:

- (i) Fluxo de recebíveis da Copasa - Foram utilizados como integralização de aumento de capital pelo Município na companhia, de acordo com a Lei Federal nº 6.404/1976, aprovação da integralização pelo Conselho Fiscal, pelo Conselho de Administração, bem como pelos acionistas, mediante laudo de avaliação (artigo 8º, da Lei Federal nº 6.404/1976) e nos termos inciso III do art. 4º da Lei Municipal nº 10.003/2010;
- (ii) Imóveis - Foram utilizados como integralização de aumento de capital pelo Município na companhia, nos termos da Leis Municipais nº 10.003/2010 e nº 10.699/2014, mediante laudo de avaliação;
- (iii) Transparência - A companhia atende à Lei das Sociedades Anônimas - Lei Federal nº 6.404/1976, aos Normativos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, à Lei de Acesso à Informação - Lei Federal nº 12.527/2011 e à Lei Municipal nº 10.003/2010, em especial o artigo 8º. Está em fase de implantação da Lei Federal nº 10.303/2016;



Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2017
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (iv) Emissão de Debêntures - A emissão de debêntures subordinadas e seniores representam a principal atividade econômica da companhia. Referida operação está alinhada à Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 101/2001, bem como às Resoluções do Senado Federal 43/2001 e 17/2015, à Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.931/1997 e à Lei das Sociedades Anônimas - Lei Federal nº 6.404/1976. Neste item, imprescindível destacar que o posicionamento da agência reguladora da matéria, Comissão de Valores Mobiliários (Ofício nº 94/2017/CVM/PTE - Em resposta à própria CPI - Requerimento 912/2017), e da Advocacia Geral da União, por meio da Procuradoria Geral Federal especializada (Parecer nº 00087/2017/GJU - 2/PFE/CVM/PGF/AGU), ambas no sentido da plena observância aos dispositivos, diretrizes e princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal (Documentos disponibilizados aos Auditores desta companhia).

A Administração vem contribuindo com as investigações, apresentando toda a documentação requerida, à tempo e modo, e avaliando seu potencial impacto, não tendo identificado, na preparação das demonstrações contábeis em questão, nenhuma informação que impactasse a metodologia de cálculo adotada e, conseqüentemente, o registro contábil.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis intermediárias foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, de forma condizente com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo os princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na Elaboração das Demonstrações Contábeis Anuais em 31 de dezembro de 2016. Desta forma, estas demonstrações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Contábeis.

2.1. Aprovação das demonstrações contábeis intermediárias

A emissão dessas Demonstrações contábeis intermediárias foi autorizada pela administração da PBH Ativos S.A. em 11 de outubro de 2017.

2.2. Base de mensuração

As presentes demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos principais ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e posteriormente pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.



Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2017
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.3. Moeda funcional

As demonstrações contábeis da Companhia são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para o milhar mais próximo.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis serão reconhecidas no exercício em que as estimativas forem revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1. Regime de competência

A Companhia adota o regime de competência para registro de suas transações.

3.2. Ajuste a Valor Presente (AVP)

Permite a correção de julgamento acerca de eventos passados já registrados e traz melhorias na forma pela qual eventos presentes são reconhecidos.

No período apresentado, a Companhia não apresentou ajustes significativos em suas demonstrações contábeis.

3.3. Ajuste a valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros está avaliado pelo montante em que cada instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre as partes dispostas, com exceção de uma venda forçada ou liquidação.



Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2017
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.4. Ajuste a valor recuperável de ativos

Na elaboração das demonstrações contábeis a Companhia deve avaliar se há indicação de que seus ativos ou conjunto de ativos perderam representatividade econômica relevante. Se houver, a Companhia deve efetuar avaliação e reconhecer contabilmente eventuais desvalorizações.

Em 30 de junho de 2017 a Companhia não apresentou perdas significativas em seus ativos ou conjunto de ativos.

3.5. Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e aplicações financeiras de renda fixa e CDBs com rentabilidade diária e sem carência para resgate, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na quitação das obrigações de curto prazo.

3.6. Créditos e/ou títulos a receber

Os créditos e/ou títulos a receber são representados pelas seguintes operações:

a) Créditos COPASA a receber

Correspondem a créditos financeiros perante a Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG, inicialmente detidos pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PMBH) e que foram utilizados pela mesma para integralização de aumento de capital na PBH Ativos, passando está a deter os direitos sobre os citados créditos (vide nota 5.1).

b) Direitos creditórios a receber

Correspondem a valores relativos à integralização das debêntures emitidas em 1º de abril de 2014 pela Companhia, as quais foram totalmente subscritas pelo Município de Belo Horizonte, que, através da Lei Municipal nº 10.003 e da Lei Municipal 7.932 de 30 de dezembro de 1999, foi autorizado a ceder créditos autônomos para recebimento do fluxo de pagamentos decorrentes dos créditos tributários ou não tributários, vencidos e parcelados pelo contribuinte, que se encontram ou não inscritos em dívida ativa do Município (vide nota 5.2).



Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2017
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.7. Ativo não circulante

Compreende os valores cuja realização acontecerá após 12 (doze) meses da data do balanço patrimonial. Além disso, representa grupos de contas e aplicações financeiras destinadas a cauções e garantias dadas pela PBH Ativos em contratos de Parcerias Público-Privadas do Município de Belo Horizonte, nos termos da Lei Federal nº 11.079/2004.

3.8. Bens destinados à venda e/ou negociações

Correspondem a terrenos adquiridos em abril de 2012, assim como terrenos recebidos em setembro de 2014 e setembro de 2015 através de integralização de capital do Município (vide nota nº 9).

3.9. Ativo imobilizado

Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

a) Reconhecimento e mensuração

O imobilizado da Companhia composto por bens móveis está registrado inicialmente pelo custo de aquisição. Não ocorreram até o momento fatores que indiquem que a vida útil, valor residual ou mudança tecnológica desde a data de aquisição que possam levar à necessidade de mudança da estimativa contábil.

Considerando suas características e utilização, a companhia não aferiu valor recuperável dos referidos ativos pelo fato de não haver previsão para baixa de tais ativos ou obtenção de qualquer receita relevante ao final da vida útil.

b) Depreciação

A depreciação é calculada sobre os valores depreciáveis, que é o custo de um ativo deduzido do valor residual estimado baseando-se no método linear.

O percentual do valor residual e a vida útil estimada para cada grupo do imobilizado da Companhia, para o período findo em 30.06.2017, são os seguintes:



Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2017
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

<u>Percentual depreciação</u>	<u>Vida útil (anos)</u>	<u>Taxa de depreciação (%)</u>
Máquinas e equipamentos	10 anos	10
Móveis e utensílios	10 anos	10
Computadores e Informática	5 anos	20

3.10. Ativos intangíveis

Compreende os direitos que tenham por objeto bens não corpóreos.

a) Reconhecimento e mensuração

Bens adquiridos e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumulado. Estes ativos estão representados por programas (softwares) não customizados adquiridos pela Companhia.

b) Amortização

A amortização é calculada sobre o custo de um ativo deduzido do valor residual e reconhecida no resultado utilizando-se no método linear a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

O percentual do valor residual e a vida útil estimada para cada grupo do intangível da Companhia, para o período findo em 30.06.2017, são os seguintes:

<u>Percentual amortização</u>	<u>Vida útil (anos)</u>	<u>Taxa de amortização (%)</u>
Direito de Uso de Software/Licenças	5 anos	20

3.11. Provisões

São reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados; quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e quando uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

3.12. Patrimônio líquido

O Patrimônio líquido compreende o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos. Representa patrimônio líquido, resultados acumulados e outros desdobramentos do saldo patrimonial.



Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2017
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.13. Apuração do resultado

O resultado é apurado em obediência ao regime contábil de competência de exercícios.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem saldos de caixa, bancos, numerários em trânsito e aplicações financeiras. Estão representados pelos valores de realização, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial.

Em 30 de junho de 2017 os saldos do Caixa e Equivalentes de Caixa apresentam os seguintes valores:

	Notas	30/06/2017	31/12/2016
Caixa e bancos		1	4
Aplicações financeiras	4.1	50.283	52.560
Numerários em trânsito	4.2	590	62
		50.874	52.626

4.1. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras da Companhia são de liquidez e rentabilidade diárias, representadas por fundos de investimentos no Banco do Brasil.

No início do exercício de 2016 a conta de aplicação na Caixa Econômica Federal na modalidade de CDB, foi reclassificada como não circulante, tendo em vista que o vencimento dessa aplicação é previsto para o ano de 2018.

4.2. Numerários em trânsito

Correspondem a valores reconhecidos no decorrer do exercício que ainda não integraram o saldo de bancos na conta corrente da empresa no fim do mês.

5. Créditos a receber

Os direitos e os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original na data do balanço patrimonial. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultados.



Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2017
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O saldo a receber é originado das operações referentes aos direitos de créditos junto a COPASA MG e dos Direitos Autônomos de Recebimento de Créditos adquiridos do Município, e foram cedidos fiduciariamente para garantias de PPP e na operação de debêntures, respectivamente.

São tratados como mantidos até o vencimento considerando que os mesmos, dadas a suas naturezas e origens, não poderão ser negociados no mercado. Os saldos em 30 de junho de 2017 estão assim apresentados:

	Nota	30/06/2017	31/12/2016
Copasa MG	5.1	17.396	17.102
Direitos Creditórios a Receber	5.2	106.898	111.682
Circulante		124.294	128.784
Copasa MG	5.1	234.848	239.422
Direitos Creditórios a Receber	5.2	518.851	533.503
Não Circulante		753.699	772.925

5.1. Créditos COPASA MG a receber

Correspondem a créditos detidos pelo Município de Belo Horizonte/MG perante a Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG, transferidos para a PBH Ativos S/A a título de subscrição de capital social realizada em 29/05/2012, com vencimento em dezembro de 2031.

Estes créditos são provenientes de instrumento contratual celebrado entre o Município de Belo Horizonte, a COPASA MG e a Superintendência de Desenvolvimento da Capital - SUDECAP e do Termo de Reconhecimento de Dívida.

	31/12/2016	Recebimento	Atualização	Transferências	30/06/2017
Circulante	17.102	8.936	-	(8.642)	17.396
Não Circulante	239.422	(8.936)	4.362	-	234.848
Circulante	256.524	-	4.362	(8.642)	252.244

O saldo dos Créditos COPASA MG a Receber reflete as amortizações ocorridas e atualização mensal, são classificados conforme demonstrados no quadro a seguir:



Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2017
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Estes créditos foram dados, pela PBH Ativos, como garantia em PPP's do Município, sendo que seu recebimento ocorre em contas bancárias penhoradas em favor da mesma (vide nota nº 8.1.a).

DESDOBRAMENTOS DO SALDO A RECEBER
CRÉDITOS COPASA MG

Classificação	Saldos (R\$)
Até 12 meses	17.396
de 12 a 24 meses	17.396
de 24 a 36 meses	17.396
de 36 a 48 meses	17.396
de 48 a 60 meses	17.396
após 60 meses	165.264
Total	252.244

5.2. Direitos creditórios a receber

Referem-se a Direitos de Créditos Autônomos com um fluxo de recebimento até março de 2029. Foram utilizados pelo Município de Belo Horizonte para a subscrição integral de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, de forma privada, no valor nominal de R\$ 880.320 mil em 01 de abril de 2014.

Possuem caráter definitivo e sem assunção de responsabilidade, pelo Cedente, perante a Cessionária, pelo efetivo pagamento a cargo do contribuinte ou de qualquer outra espécie de compromisso financeiro.

Foram cedidos fiduciariamente aos debenturistas da segunda emissão (Nota 11.2) em garantia real da operação.

De acordo com as legislações e resoluções fiscais, os Direitos Creditórios a Receber são atualizados em 1º de janeiro de cada ano pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E, além de sofrer incidência, mensalmente, de juros de 1% ao mês sobre o valor do principal atualizado conforme acima.

Os valores dos Direitos Creditórios a Receber são, inicialmente, reconhecidos pelo valor do principal do parcelamento acrescidos de atualização monetária, multa e juros até a data de cessão, 01.04.2014, e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros baseando no Fluxo de Recebimento de Parcelamentos Ativos e dos Juros, constante no contrato de cessão.

Nas demonstrações contábeis os Direitos Creditórios a Receber estão classificados em circulante e não circulante, conforme demonstrado a seguir:



Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2017
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldo em 31/12/2016	Recebimento	Atualização	Transferências	Saldo em 30/06/2017
Direitos Creditórios a Receber	137.214	67.746	-	(75.361)	129.599
(-) Encargos Financ. a Realizar	(25.532)	13.472	-	(10.641)	(22.701)
Circulante	111.682	81.218	-	(86.002)	106.898
Direitos Creditórios a Receber	593.000	(67.746)	42.453	-	567.707
(-) Encargos Financ. a Realizar	(59.497)	10.641	-	-	(48.856)
Não Circulante	533.503	(57.105)	42.453	-	518.851
Total	645.185	24.113	42.453	(86.002)	625.749

Tendo em vista as condições da operação, principalmente no que se refere à faculdade da utilização do saldo devedor para quitação do saldo das debêntures subordinadas no vencimento destas, a Companhia entende que não há necessidade de constituir provisão para inadimplência no recebimento destes direitos.

6. Impostos a recuperar

Em 30 de junho de 2017 a Companhia registrou créditos de IRRF sobre rendimentos de aplicações financeiras, conforme demonstrado no quadro a seguir:

	30/06/2017	31/12/2016
Imposto de Renda Retido s/ Aplic. Financeiras	1.210	2.654
Saldo Negativo IRPJ e CSLL	6.935	4.408
	8.145	7.062

7. Aplicações financeiras de longo prazo

Em 06 de abril de 2016 foi realizada pela Companhia amortização parcial das Debêntures de 1ª Emissão, no valor de R\$ 50.891 mil (vide nota nº 11.1), sendo utilizado para pagamento ao Município de Belo Horizonte, o saldo disponível na conta 20.551-6, na aludida data.

Assim, o saldo em 30.06.2017 das Aplicações Financeiras de Longo Prazo correspondem, somente, ao valor das aplicações na Caixa Econômica Federal na modalidade de CDB, com vencimento previsto para 2018, anteriormente classificada como Ativo Circulante.

	30/06/2017	31/12/2016
Aplic. Financeira CEF 4676-9 - CDB	8.120	7.685
	8.120	7.685

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2017
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Garantias e cauções

8.1. Garantias e cauções classificadas no Ativo Não Circulante

Representadas por contas aplicações financeiras em fundos de investimentos no Banco do Brasil. Cada conta de aplicação financeira é destinada a prover uma garantia específica, conforme descrito a seguir:

	30/06/2017	31/12/2016
Aplíc. Financeira - BB - CC 11206-2	12.708	8.381
Aplíc. Financeira - BB - CC 10815-4	56.517	49.582
Aplíc. Financeira - BB - CC 21179-6	4.914	3.090
Aplíc. Financeira - BB - CC 20543-5	-	16
	<u>74.139</u>	<u>61.069</u>

a) Aplicações Financeiras vinculadas às contas nº 11206-2 e nº 10815-4

Destinadas a prover garantia na PPP - Parceria Público Privada junto a SMED - Secretaria Municipal de Educação para construção das UMEIs e EMEFs e na PPP junto a SMSA - Secretaria Municipal de Saúde para construção do Hospital Metropolitano, respectivamente. Todo o fluxo dos créditos COPASA foi dado em garantia das referidas concessões, sendo os limites de R\$ 50 milhões destinado à garantia ao contrato da PPP da Educação e R\$ 184 milhões destinado à garantia da PPP do Hospital Metropolitano.

b) Aplicação Financeira vinculada à conta nº 14917-9 e nº 21179-6

No primeiro semestre de 2016, em cumprimento às deliberações tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 28 de março de 2016 (AGD Rating), a Companhia, juntamente com o agente fiduciário Pentágono S.A. e dos intervenientes anuentes, Secretaria Municipal de Finanças de Belo Horizonte e Procuradoria Geral do Município de Belo Horizonte, realizaram o Terceiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão, no qual deliberaram a exclusão, para todos os fins de fato e de direito, das disposições e procedimentos relativos à Conta nº 14917-9 ("Conta de Serviço da Dívida"), destinada, anteriormente, a prover garantia à segunda emissão de debêntures.

Foi, ainda, criada a conta garantia nº 21179-6 (Conta de Adiantamentos) com a finalidade de manter e aplicar o montante equivalente aos recursos advindos dos Direitos de Créditos Autônomos que venham a ser, sob qualquer forma, antecipada, assim como os rendimentos e os recursos decorrentes da amortização negociação ou resgate de títulos, cotas ou ativos do Investimento Permitido, realizado com recursos dessa conta (vide nota nº 11.2).



Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2017
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Aplicação Financeira vinculada à conta nº 20.626-1

Em razão da execução da garantia da contraprestação, em 06/06/2016, no valor de R\$ 22.208.916,50, vinculada ao contrato de parceria público-privada do Hospital Metropolitano com o Município de Belo Horizonte, o saldo da aplicação financeira está zerado.

d) Aplicação Financeira vinculada à conta nº 20.543-5:

Depósitos referentes às garantias e cauções com fornecedores indicados no Passivo Não Circulante, sobre o saldo é acrescido os valores dos rendimentos financeiros do período depositado.

8.2. Garantias e cauções classificadas no Passivo Não Circulante

Os valores indicados no Passivo Não Circulante a título de "Garantias e Cauções" referem-se a cauções contratuais com fornecedores e/ou prestadores de serviços e ao saldo residual dos valores providos pelo Município para constituição de garantia de pagamento de contraprestação do contrato de Concessão Administrativa do Hospital Metropolitano, com recursos provenientes da amortização de Debêntures Subordinadas.

Esta dívida com o Município é atualizada de acordo com os rendimentos líquidos da aplicação financeira vinculada à conta corrente nº 20.626-1, que após a execução judicial do valor constante na aludida conta em 06/06/2016, no valor de R\$ 22.208.916,50 (vide nota 8.1 c), vinculada ao contrato de parceria público-privada do Hospital Metropolitano com o Município de Belo Horizonte, apresenta um saldo em 30.06.2016 de R\$ 1.225.330.

No mês subsequente o saldo foi liquidado em favor do Município de Belo Horizonte no valor de R\$ 1.229.831, acrescido de atualização até a data 15/07/2017, de forma que a atual conta cuida apenas de cauções contratuais com fornecedores e/ou prestadores de serviços.

Na data de 30.06.2017, o saldo da conta de Garantias e Cauções indicados no Passivo Não Circulante está assim demonstrado:

	30/06/2017	31/12/2016
Fornecedores	16	15
	16	15

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2017
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Bens destinados à venda

Referem a terrenos adquiridos em abril de 2012 junto à União por meio de financiamento com à Caixa Econômica Federal (vide nota 10) e de terrenos recebidos em 2014 e 2015 como integralização de capital localizados em diversos bairros do Município de Belo Horizonte.

Em 30 de abril de 2015, a companhia celebrou um TERMO DE PERMUTA DE BENS IMÓVEIS COM CESSÃO DE USO GRATUITA ao Município de Belo Horizonte, dos terrenos adquiridos em 2012, na área onde será edificada a Nova Rodoviária, cujo valor de aquisição foi de R\$ 10.010 mil. Considerando que o processo de permuta demandaria tempo compatível com o cronograma da referida obra, foi concedida cessão de uso gratuito dos terrenos até que efetive a permuta por outros imóveis do Município, a serem selecionados, que dependerá de trâmites legais e burocráticos.

Os terrenos integralizados em 2014 e 2015, correspondem ao valor de R\$ 29.305 mil, foram reavaliados, sem indicações de perda de valor econômico.

Em reunião do Conselho de Administração de 30 de março de 2017 foi aprovada a Revogação da licitação para alienação dos 20 terrenos da PBH Ativos - Concorrência nº 001/2016, processo administrativo nº 01.047.202/15-56.

Os gastos cartoriais relacionados com as transferências dos terrenos, no importe total de R\$ 120 mil, foram considerados como custo de aquisição.



Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2017
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30/06/2017	31/12/2016
Terrenos	39.316	39.315
Custo de Aquisição	120	120
	39.436	39.435

10. Empréstimos e financiamentos

Correspondem a financiamentos contratados junto à Caixa Econômica Federal, em abril 2012, para aquisição dos terrenos localizados na área destinada para a construção da nova Rodoviária da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

O prazo dos financiamentos é de 120 meses, com o primeiro pagamento em maio de 2012, calculadas no sistema Price, com taxa nominal de 10% (dez por cento) ao ano, corrigidos mensalmente, no dia correspondente ao de suas assinaturas, com base no coeficiente de atualização aplicável ao depósito de poupança com aniversário na mesma data.

Nas demonstrações contábeis os saldos devedores dos contratos estão assim evidenciados:

	Saldos em 31/12/2016	Amortização	Atualização	Transferências	Saldos em 30/06/2017
Circulante	972	(792)	317	531	1.028
Não Circulante	5.535	-	36	(531)	5.040
Circulante	6.507	(792)	353	-	6.068

Em 30 de junho de 2017 a classificação do saldo devedor dos financiamentos está assim demonstrada:



Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2017
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Desdobramentos do saldo dos financiamentos	
Classificação	Saldos (R\$)
Até 12 meses	1.028
de 12 a 24 meses	1.074
de 24 a 36 meses	1.186
de 36 a 48 meses	1.311
de 48 a 60 meses	1.448
após 60 meses	21
Total	6.068

11. Debêntures

As movimentações dos valores das Debêntures no primeiro semestre, assim como os saldos devedores em 30 de junho de 2017 estão assim evidenciados:

Descrição da operação	Nota	Saldo em	Transferência	Atualização	Amortização	Saldo em
		31/12/2016				30/06/2017
Debêntures 1ª Emissão	11.1	55.090	64.757	-	(35.265)	84.582
Debêntures 2ª Emissão	11.2	44.435	10.993	-	(33.838)	21.590
(-) Custos de captação		(261)	(253)	-	388	(126)
Total circulante		99.264	75.497	-	(68.715)	106.046
Debêntures 1ª Emissão	11.1	487.324	(64.757)	34.107	-	456.674
Debêntures 2ª Emissão	11.2	44.985	(10.993)	1.171	-	35.163
(-) Custos de captação		(218)	59	-	-	(159)
Total não circulante		532.091	(75.691)	35.278	-	491.678
TOTAL		631.355	(194)	35.278	(68.715)	597.724

11.1. Debêntures - 1º Emissão

São debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, emitidas em 1º/04/2014 para subscrição privada, as quais foram inteiramente subscritas pelo município de Belo Horizonte e integralizadas mediante a cessão de Direitos de Crédito Autônomos, no importe total de R\$ 880.320.000 (correspondente a 88.032 debêntures subordinadas emitidas com valor nominal unitário de R\$ 10 mil), possui prazo de vencimento até 31.01.2023.

Nos termos do item 4.5.3 da Escritura de Emissão de Debêntures Subordinadas, a Companhia poderá, a seu critério, na data de vencimento pagar o saldo devedor mediante a dação em pagamento de parte ou da totalidade do Saldo dos Direitos Creditórios Autônomos.



Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2017
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

São atualizadas pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos meses de janeiro de cada ano, calculado sobre o saldo devedor em 31 de dezembro do ano anterior (nos mesmos moldes da atualização dos Direitos Creditórios).

Em janeiro de 2017, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 34.107 (R\$ 62.027 mil -2016) a título de atualização monetária sobre o saldo devedor das referidas debêntures e realizou amortizações parciais no montante total de R\$ 35.265 mil (R\$ 100.767 mil - 2016).

Em 30 de junho de 2017 o saldo das Debêntures de 1ª (primeira) Emissão corresponde a R\$ 541.256 mil.

11.2.Debêntures - 2º Emissão

São constituídas por debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real representada por cessão fiduciária de Direitos Creditórios Autônomos, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação.

Na data da emissão, 15 de abril de 2014, correspondia a 2.300 debêntures com valor unitário de R\$ 100 mil, no montante total de R\$ 230 milhões, com prazo de vencimento em 15 de abril de 2021.

São atualizadas mensalmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), com pagamentos mensais de amortizações e de juros à taxa de 11% a.a.

Os saldos contábeis são reconhecidos pelo valor justo no momento inicial e posteriormente mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

a) Terceiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão e Nova Classificação Fitch Ratings

Em decorrência ao rebaixamento da classificação de riscos apresentada pela Fitch Ratings em 21.01.2016, os Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD Rating") realizada em 28.03.2016 e 22.04.2016, deliberaram a alteração do cronograma de amortização das Debêntures, a fim de alterar os percentuais de amortização previstos para os meses de maio de 2016 a abril de 2021, e estabeleceram a inclusão da possibilidade e procedimentos para pagamento antecipado, pela Emissora, para a parcela de amortização das Debêntures de 15 de maio de 2016 ("AGD Pagamento Antecipado").



Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2017
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Deste modo, foi celebrado em 09 de maio de 2016 o terceiro Aditamento à Escritura, com o propósito de incluir o Novo Cronograma de Amortização, bem como extinguir a "Conta de Serviço da Dívida" e procedimentos a ela relacionados, assim com constituir a "Conta de Adiantamentos" (vide Nota 8.1.b).

Assim, perante as novas características vinculadas ao novo aditamento, a Fitch Ratings, em 25 de maio de 2016, removeu a Observação Negativa e afirmou o Rating Nacional de Longo Prazo 'AA-sf (bra)' (AA menos sf (bra)) da segunda emissão de debêntures seniores da Companhia.

A Fitch Ratings afirmou o Rating Nacional de Longo Prazo 'AA-sf(bra)' (AA menos sf(bra)) da segunda emissão de debêntures seniores da PBH Ativos S.A. (PBH Ativos), no montante nominal inicial de BRL230,0 milhões e vencimento final em abril de 2021. A Perspectiva do rating foi revisada para Estável, de Negativa.

b) Impacto do Novo Cronograma de Amortização

Diante da alteração do Cronograma de Amortização e o pagamento antecipado para a parcela de 15.05.2016, a Companhia realizou a reversão de R\$ 9.661 mil dos Encargos Financeiros provisionados em seu Passivo, e a reversão no seu resultado da despesa de R\$ 1.800 mil reconhecidas pelo regime de competência sobre o saldo atualizado.

Portanto, os saldos devedores da Debêntures de 2ª Emissão estão assim evidenciados:

	Saldos em 31/12/2016	Movimentação	Atualização	Amortizações	Saldos em 30/06/2017
Debêntures 2ª Emissão	50.480	13.046	-	(37.136)	26.390
(-) Encargos Financ. a Incurrir	(6.045)	(2.053)	-	3.298	(4.800)
Circulante	44.435	10.993	-	(33.838)	21.590
Debêntures 2ª Emissão	50.801	(13.046)	1.171	-	38.926
(-) Encargos Financ. a Incurrir	(5.816)	2.053	-	-	(3.763)
Não Circulante	44.985	(10.993)	1.171	-	35.163
Total	89.420	-	1.171	(33.838)	56.753

O desdobramento do saldo devedor da Debênture de 2ª Emissão está assim demonstrado:



Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2017
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Desdobramentos do saldo devedor Debêntures 2ª emissão (em milhares de Reais)	
Classificação	Saldos (R\$)
Até 12 meses	21.590
de 12 a 24 meses	19.919
de 24 a 36 meses	15.244
Total	56.753

11.3. Custo de captação

De acordo com o CPC 08, o registro do montante inicial dos recursos captados de terceiros, deve corresponder ao seu valor justo líquido dos custos de transação diretamente atribuíveis à emissão dos passivos financeiros e apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.

Os encargos financeiros incorridos na captação totalizam o valor de R\$ 2.000.000 na data de emissão, 15 de abril de 2014, e são reconhecidos mensalmente, de acordo com critério de amortização do título, conforme dispõe o Instrumento Particular de Escritura de Segunda Emissão de Debêntures.

Em 30.06.2017 o saldo dos Custos de Captação a amortizar corresponde a R\$ 284 mil.

12. Impostos e obrigações a recolher

Os saldos referentes aos Impostos e Obrigações a Recolher são apresentados conforme quadro a seguir:

	30/06/2017	31/12/2016
IRRF	34	67
PIS/COFINS/CSLL a recolher	4	6
	38	73

13. Salários, remunerações e encargos sociais

A Companhia apresenta obrigações com funcionários e encargos sociais conforme a seguir:

	30/06/2017	31/12/2016
Rem. Diretoria e Conselheiros Adm e Fiscal	41	35
FGTS a recolher	9	18
INSS a recolher	50	64
	100	117



Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2017
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Provisões trabalhistas

Os saldos referentes às provisões são apresentados conforme quadro a seguir:

	30/06/2017	31/12/2016
Provisão para 13º Salário	39	-
Provisão para Férias	123	150
Encargos s/ Provisão de 13º Salário	14	-
Encargos s/ Provisão de Férias	44	53
	220	203

15. Depósitos Judiciais

A Companhia, através do Mandado de Segurança nº 0014187-35.2016.4.01.3800, distribuído em 14 de março de 2016, contesta a validade do Decreto nº 8.426/15, que elevou de 0% para 4,65% a alíquota de incidência da Contribuição para o PIS/COFINS sobre as receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não cumulativa, requerendo, destarte, a declaração de inexistência da obrigação tributária.

Em 18 de março de 2016 foi concedido por meio de liminar o não recolhimento dos valores ao ente federativo, sendo determinado, em contrapartida, a realização dos depósitos dos valores em juízo.

Em 30 de junho de 2017 o saldo atualizado dos depositados judiciais correspondem ao importe de R\$ 5.626 mil (R\$ 3.948 mil - 2016). O litígio foi classificado pelos seus assessores jurídicos como perda possível, assim, conforme critérios de reconhecimento do Pronunciamento Técnico Contábil 25, está provisão não é constituída no passivo da Companhia.

16. Patrimônio líquido

16.1.Capital social

O capital social integralizado em 30 de junho de 2017 é de R\$ 284.280.301, representado por 32.851.182 ações ordinárias.



Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2017
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

16.2. Reservas

a) Reserva legal

Correspondente a 5% (cinco por cento), antes de qualquer destinação, para constituição da Reserva Legal que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social, tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital, conforme artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

b) Reserva de lucros

Composto pelo saldo remanescente do lucro líquido do exercício subtraído da reserva legal. Nos termos do inciso III do parágrafo 3º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, a proposta da atual administração é destinar a retenção de todo o lucro líquido incorrido até o presente exercício para Reserva de Lucros a Destinar, a ser deliberada em Assembleia Geral Ordinária.

17. Receitas

Em 30 de junho de 2017 as receitas são compostas pelos seguintes valores:

	30/06/2017	30/06/2016
Juros	13.473	16.359
Atualização de Créditos	46.815	87.289
	60.288	103.648

Em janeiro de 2017 a Companhia efetuou a contabilização da atualização monetária dos Direitos Creditórios a Receber, bem como das Debêntures de 1ª Emissão. No exercício de 2016 a variação acumulada do IPCA-E publicada pelo IBGE foi calculada em 6,58%, tendo um ajuste no saldo de Direitos Creditórios a Receber no importe de R\$ 42.453 mil.

17.1. Juros auferidos

São juros incidentes sobre os valores dos "Direitos Creditórios" reconhecidos pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros, que desconta os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do ativo financeiro (vide nota 5.2).



Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2017
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

17.2. Atualização de créditos

Decorrem, principalmente, da atualização do saldo dos créditos relativos ao Convênio COPASA-MG e do saldo credor dos Direitos Creditórios (vide nota 5).

18. Custos

São reconhecidos como custos operacionais os valores incorridos na operação das Debêntures, compostos pelos seguintes valores:

	30/06/2017	30/06/2016
Atualização s/ Debêntures	(35.279)	(70.090)
Juros s/ Debêntures	(3.298)	(6.033)
Amortização de custos de captação	(194)	(429)
	(38.771)	(76.552)

Em janeiro de 2017, com relação às Debêntures de 1ª Emissão, a atualização monetária é calculada pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, cuja variação acumulada no exercício de 2016 é de 6,29%, conforme índices divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, resultando atualização no saldo das Debêntures Subordinadas a pagar no importe de R\$ 34.107 mil.

19. Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro da Companhia em 30 de junho de 2017 está assim demonstrado:

	30/06/2017	30/06/2016
Receitas Financeiras		
Receitas c/ aplicações financeiras	6.390	9.538
Juros recebidos	3	10
	6.393	9.548
Despesas Financeiras		
Comissões e Despesas Bancárias	(44)	(31)
Juros s/ empréstimos/financiamentos	(317)	(356)
Atualização saldo empréstimos/financiamentos	(37)	(57)
IOF	(242)	(42)
	(640)	(486)
	5.753	9.062



Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2017
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Impostos de Renda e Contribuição Social

A Companhia adota a apuração do IRPJ e CSLL com base no lucro real anual. Os tributos definitivos são apurados ao término do exercício.

Ressalta-se que dentre as receitas auferidas partes destas não foram realizadas, sendo assim excluídas da base de cálculo para fins de apuração.

20.1. Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre Receita Não Realizada

De acordo com o inciso "a" e "b" do artigo 3º do Decreto nº 1.578/1977 e atualizado pelo Decreto nº 1.698/1978, o artigo 10º da IN nº 21/1979 e IN 1.700/2017, a Companhia realiza o diferimento do IRPJ e da CSLL sob as receitas não realizadas de atualização monetária do saldo devedor da COPASA e dos juros compensatórios e atualização monetária sobre o saldo devedor dos Direitos Creditório Autônomos.

Em 30 de junho de 2017 foram contabilizadas provisões de imposto de renda e contribuição social diferida sobre o valor da receita financeira não realizada no período:

IRPJ E CSLL DIFERIDOS (em milhares de Reais)	IRPJ E CSLL PROVISIONADO
Saldo em 31 de dezembro de 2016	78.477
IRPJ e CSLL sobre Receita não realizada Copasa	660
IRPJ e CSLL sobre Rec. não realizada Direitos Cred. a Receber	11.323
Total	90.460

20.2. Crédito fiscal a compensar

Em 30 de junho de 2017 a Companhia possui créditos fiscais ativados contabilmente, relativos a prejuízos fiscais/bases negativas a compensar em períodos futuros, conforme valores a seguir discriminados.

Créditos fiscais de Irpj e cssl sobre Prejuízo Fiscal/Bases Negativas	IRPJ (15%), Adic. IRPJ (10%) E CSLL (9%)
Prejuízo Fiscal Exercício 2012	96
Compensação Prej. Resultado Exercício 2013	(89)
Saldo Prej. Fiscal Exercício 2012 não compensado	7
Prejuízo Fiscal Exercício 2014	5.987
Prejuízo Fiscal Exercício 2015	9.269
Prejuízo Fiscal Exercício 2016	12.614
Prejuízo Fiscal Exercício 2017	3.399
Total	31.276



Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2017
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Operações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas são relativas às Debêntures de 1ª Emissão, subscritas pelo Município de Belo Horizonte, acionista majoritário, e integralizadas, por este, mediante a cessão de Direitos de Crédito Autônomos (Direitos Creditórios a Receber), conforme mencionado nas notas explicativas nº 5.2 e 11.1. Tais operações foram realizadas em condições de mercado e levando em consideração as normas legais a que o município está sujeita.


22. Ativos e passivo financeiros

Os principais instrumentos financeiros e seus respectivos valores justos estão representados:

	30/06/2017		31/12/2016	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Mantido até o vencimento				
Créditos a Receber (exceto Direitos Creditórios a Receber)	252.244	252.244	256.524	256.524
Direitos Creditórios a Receber	625.749	625.749	645.185	645.185
Empréstimos CEF	6.068	6.068	6.507	6.507
Debêntures 1ª Emissão	541.256	541.256	542.414	542.414
Debêntures 2ª Emissão	56.753	56.753	89.420	89.420

Os créditos recebíveis relativos à projetos específicos vinculados ao Município de Belo Horizonte, o valor justo é considerado idêntico aos saldos contábeis, principalmente, considerando que foram dados em garantia em operações de emissões de debêntures e de contratos de PPP, que são operações de longo prazo, estando assim impossibilitados de serem negociados no mercado.


Pedro Meneguetti
Diretor Presidente
CPF: 418.354.846-20


Vander Lima Fernandes
Contador: CRC/MG 059391/0-0
CPF: 813.536.506-34



PBH Ativos S/A
Investindo em Belo Horizonte

FERNANDES ASSOCIADOS

AVULSOS DISTRIBUIDOS
EM 13 / 12 / 17
Responsável pela distribuição